

FPE OPE 07-072

Voe Vasp. É um barato

Paulo Freire, 1977

Paulo Freire, o novo cidadão paulistano

O pedagogo Paulo Régis Freire, 64 anos, receberá hoje o título de cidadão paulistano que lhe será concedido em sessão extraordinária da Câmara Municipal, às 19 horas, no plenário "1º de Maio". O título, aprovado por unanimidade dos vereadores, foi iniciativa da líder da bancada do PT, vereadora Luíza Erundina.

Paulo Freire publicou várias obras, com destaque para "Pedagogia do Oprimido", traduzido para deztoito idiomas. Exilou-se logo depois do Movimento Militar de 64 e até 75 ministrou cursos e seminários em diversas universidades latino-americanas, européias, asiáticas e norte-americanas. É doutor honoris-causa pelas Open University of London, Université de Louvain, Universidade de Genebra, e Michigan University. Atualmente coordena seminários na Universidade de Massachusetts, é professor da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Paulo Freire continua defendendo os princípios que orientam as experiências de alfabetização realizadas em 63, em Angicos, no Rio Grande do Norte e em todo Brasil, posteriormente, até março de 84. O pedagogo, que é militante do PT, acha que mudaram as formas de organização das campanhas de alfabetização e vê como caminho mais eficiente para isso "a transformação social e política da sociedade".

A vereadora Luíza Erundina disse que a indicação do Paulo Freire para receber o título de cidadão paulistano significa "o reconhecimento da contribuição dele, na área da educação no Brasil e Exterior, para o processo de consciência da população em relação aos seus direitos e à sua cidadania".

Folha — Como surgiu o que é conhecido como método Paulo Freire?

Paulo Freire — Em lugar de se falar em método, penso que é melhor falar em uma certa compreensão e em uma certa prática críticas da educação em que se inclui o momento da alfabetização. Diria que os trabalhos anteriores a isso, que me pareceu encontrar respostas a perguntas que eu vinha fazendo, levaram dez ou quinze anos. Começou a se falar do chamado método Paulo Freire exatamente depois de uma primeira experiência um pouco ampla, que se realizou em Angicos, no Rio Grande do Norte, em junho de 1963.

Folha — O que foi esta experiência?

Freire — Foi um trabalho feito em colaboração com a Universidade do Recife, a Secretaria da Educação e a Juventude Universitária. Este trabalho consistiu da alfabetização de umas trezentas pessoas e resultou no convite, em junho de 63, que tive do então ministro da Educação Paulo de Tarso Santos no fim do governo João Goulart. Passamos



Freire: diferença de 63 para 86

alguns meses trabalhando em nível nacional com capacitação de quadros e na instalação de centros pelo Brasil.

Folha — O que significa para o senhor esta homenagem prestada pela Câmara dos Vereadores de São Paulo?

Freire — Uma homenagem como essa realmente me toca. Se me perguntarem se me sinto vaidoso, eu digo que não. Recebi uma homenagem da cidade do Rio de Janeiro em 81 ou 82. Isso me deixa contente, me deixa feliz.

Folha — Como o senhor vê os projetos pedagógicos que estão sendo implantados nas redes estaduais do Rio de Janeiro (Centro Integrado de Educação Popular — Ciesp) e de São Paulo (Plano de Formação Integral da Criança — Profei)?

Freire — Não tenho acompanhado de perto. Vejo o esforço do Darcy (professor Darcy Ribeiro, secretário da Educação do Rio de Janeiro) e o esforço aqui em São Paulo. Só não me aventuro a fazer análises concretas de ambos os trabalhos porque, na verdade, eu não estou próximo. É absolutamente necessário democratizar e deselitizar ao máximo a escola brasileira e melhorá-la do ponto de vista da qualidade de ensino, do ponto de vista da formação permanente do professorado e das condições materiais concretas que ajudem a prática educativa.

Folha — Os professores estão sendo formados para atender a clientela da rede pública?

Freire — O professor 1 está sendo formado nos Centros de Formação de Professores. Acho que a formação permanente do professor não deveria ficar apenas entregue à boa vontade ou não do Estado, mas deveria ser tanto quanto possível pela própria categoria, através de suas lideranças. Aí seria um caminho de prática política-pedagógica da cate-

ria. Acho que a universidade deveria ter uma séria e crítica responsabilidade na formação e no acompanhamento dos professores.

Folha — A quem cabe o papel de avaliar a universidade?

Freire — Não há prática que escape de uma avaliação e de uma programação. A natureza da prática implica a sua avaliação constante. A prática dentro da universidade, (conhecimento do conhecimento existente, docente e pesquisadora) devem estar sendo avaliadas pelos próprios sujeitos (professores e aluno) dessa prática. A sociedade também deve avaliar. O tipo de experiência política que estamos tendo no País hoje não oferece condições para certos tipos de avaliações do trabalho docente e pesquisador na universidade, mas é preciso avaliar. A universidade não existe fora da sociedade, nem fora da história. Setores da sociedade teriam que dizer algo em torno da universidade. Nesse sentido eu acho que a classe trabalhadora pode fazer demandas em torno do papel da universidade como a classe dominante também faz.

Folha — Como vem sendo aplicado no Brasil o método Paulo Freire?

Freire — Mesmo durante os meus dezesseis anos de exílio foram desenvolvidos trabalhos. De vez em quando, hoje em dia, sou comungado sobre a prática de comunidades eclesiais de base e de áreas populares que têm desenvolvido suas práticas com êxito.

Folha — O senhor confirma os princípios que defendia em 1963?

Freire — É interessante observar que 1963 não é 1986. Não quero com isso dizer que os problemas que a minha geração enfrentou inexistam, pelo contrário, estão aí. Mas a forma de encará-los historicamente, mudou. Por exemplo, o problema do analfabetismo continua no Brasil. A própria forma como os alfabetizados pedem a alfabetização possivelmente não seja a mesma. Isso não significa que as propostas que eu fiz em 63, do ponto de vista da metodologia do trabalho devam ser novas hoje. Em 63 eu insistia que a organização do programa para alfabetização devia se basear numa pesquisa que nos desse o que eu chamava de universo vocabular mínimo da área. Da análise das palavras nas sentenças necessariamente emergiriam certos assuntos fundamentais que eu chamava de temas geradores. havia o há uma relação entre palavra geradora e temática geradora. O trabalho realizado agora não poderia, nem deveria ser a pura repetição do que fizemos em 63, mas isso não significa que hoje eu desistisse desse princípio. Continuo defendendo-o. A forma como possivelmente organizar a própria campanha é que necessariamente terá mudado. Teríamos que reinventar.

Folha — O senhor trabalhou com o governo João Goulart. Comenta-se que o senhor foi convidado pelo ex-secretário da Educação de São Paulo, Paulo de Tarso Santos em 83 e pelo ex-ministro da Educação Marco Maciel em 85 para integrar suas equipes. Por que recusou os convites?

Freire — O ministro Maciel não me convidou para trabalhar, nem eu tampouco teria aceito. O meu amigo Paulo de Tarso também não me convidou para trabalhar e ele também sabia que não era para convidar. O ministro foi um jovem estudante da Universidade do Recife, quando eu era um moço professor. Nas lutas políticas dos estudantes eu era sempre convidado pelos estudantes. Algumas vezes o ministro comeu cuscut

no café da manhã na casa nossa, feito pela Elza. Era cedinho, às vezes, e a gente tinha que se encontrar para discutir uma greve. Em 79, quando eu visitei o Brasil com Elza e meus dois filhos, depois de quinze anos de ausência, o ministro, como governador, profundamente

mente preso às estruturas do governo militar não fez sequer um cumprimento indireto ao velho professor da universidade. Num aparente fim do regime

militar, o ministro resolveu, ao mesmo tempo, fazer um ato político e aproveitou para me dizer que, em certo sentido, gostaria sempre aquela máquina interna

dele mesmo de não me ter procurado quando retornel. Por outro lado, é preciso notar que mesmo os que não me aceitaram bem como pedagogo, não podem negar que eu existo como educador.

Portanto, era politicamente interessante para Maciel receber a mim e ao professor Lauro de Oliveira Lima, que há anos não passavam pelo Ministério da Educação.

Quanto ao convite, acho que a Nova República não tinha porque convidar um educador político e partidário, um homem do PT, quando ela tem seus quadros de educadores competentes. Mas se tivessem pedido uma colaboração eu negaria? De jeito nenhum. Tenho atendido a pedidos de várias prefeituras poeiredebiatas e fol com esse mesmo espírito que dei um mínimo de contribuição ao finzinho do Mobral. Também estive na abertura do Fórum de Debates, promovido na gestão Paulo do Tarso na Secretaria da Educação e falei.

Folha — O senhor acha que existe uma solução para o problema do analfabetismo no Brasil?

Freire — Nenhum educador pode dizer sózinho qual a solução que teria para o problema. Isso não é obra de uma pessoa.